



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2012/ MPPB/PGJ
PREGÃO PRESENCIAL N.º 059/2012 - MPPB/PGJ**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA-PGJ**, inscrito no CNPJ/MF nº 09.284.001/0001-80, com sede na Rua Rodrigues de Aquino, S/N, Centro, nesta Capital, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, **Dr. OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO**, brasileiro, casado, Promotor de Justiça, residente e domiciliado nesta cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, portador do CPF N.º 414.532.044-15, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a empresa **LAVANDERIA TAKI LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.093.964/0001-04, Inscrição Municipal nº 03035-0, localizada na Rua Duque de Caxias, 142, Centro, João Pessoa/PB, CEP.: 58.010-820, representada pela sua sócia administradora, a Sra. **LUCIANA COELHO DA FONSECA CRISPIM**, brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº 1.172.859 SSP/PB e do CPF.: 753.271.984-72, residente e domiciliada em João Pessoa/PB, doravante denominada simplesmente **FORNECEDOR**, têm entre si, justo e acordado celebrar o presente instrumento, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo PGJ N.º 2012/22680, em consequência da licitação na Modalidade Pregão Presencial N.º 059/2012, no **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei N.º 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada no Estado pelo Decreto Estadual N.º 24.649/2003, aplicando-se no que couber o Decreto N.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, alterado pelos Decretos N.º 3.693, de 20 de dezembro de 2000, e N.º 3.784, de 06 de abril de 2001, e pela Lei N.º 8.666, de 21 de junho de 1993, subsidiariamente, às quais as partes se sujeitam, inclusive para os casos omissos, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o **REGISTRO DE PREÇOS**, objetivando a prestação de serviços eventual e futura de **LAVANDERIA PARA HIGIENIZAÇÃO DE JALECOS, TOALHAS DE MESA, TOALHAS DE MÃO, BECAS, BANDEIRAS E TAPETES**, cujos quantitativos máximos, especificações, preços e fornecedores foram previamente defendidos, através do procedimento licitatório em epígrafe.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP o Ministério Público do Estado da Paraíba / Procuradoria Geral de Justiça, com sede na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, tendo como Órgão Gerenciador da presente ARP o -Núcleo de Registro de Preços desta Instituição.

PARÁGRAFO ÚNICO - Qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal ou Estadual poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não no certame, observadas as exigências contidas na legislação aplicável.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Núcleo de Registro de Preços, obriga-se a:

- a) Gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- b) Convocar o fornecedor registrado, via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP;
- c) Observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas Certidões ou documentos vencidos;
- d) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- e) Consultar os fornecedores registrados - observada a ordem de classificação - quanto ao interesse em fornecimento do(s) objeto(s) a outro(s) órgão(ões) da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente ARP;
- f) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP;
- g) Elaborar os contratos decorrentes da presente ARP, quando se fizer necessário, conforme autorização do Procurador-Geral de Justiça, diante das solicitações dos setores desta Instituição, convocando o(s) Fornecedor(es) para sua assinatura e reconhecimento de firma.

CLÁUSULA QUARTA – DO GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Caberá ao Departamento de Serviços Gerais do MPPB o acompanhamento ao atendimento a todas as cláusulas previstas na Ata de Registro de Preços, bem como todas as definições estabelecidas no Termo de Referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Departamento de Serviços Gerais deverá Remeter a Nota de Empenho respectiva para fornecimento e instalação devidos, nos valores vencedores do respectivo processo licitatório e conforme termos pactuados.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O gestor deverá notificar o Prestador de Serviços quando se verificar alguma irregularidade que diga respeito ao presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

- a) Assinar a presente ARP, bem como os contratos dela decorrentes, quando for o caso, além da retirada da respectiva nota de empenho, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da convocação/notificação, no que couber;
- b) Informar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, quanto a aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP, desde que não comprometa a capacidade de fornecimento assumida na Ata de Registro de Preços;

- c) Entregar o(s) produto(s) solicitado(s) nos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos do Pregão Presencial N.º059/2012;
- d) Fornecer o(s) produto(s) conforme especificações e preços registrados na presente ARP;
- e) Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constantes pelo Órgão Gerenciador referentes às condições firmadas na presente ARP;
- f) Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades se encontrem vencidas;
- g) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Órgão Gerenciador ou a outro Órgão não participante e /ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação do serviço ocorrerá nas dependências do Fornecedor, devendo a mesma lavar e passar as peças a serem higienizadas com produtos indicados para cada tipo de tecido.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Fornecedor deverá garantir a qualidade dos serviços prestados, devendo refazer o processo de lavagem, caso seja detectada qualquer sujeira, sem ônus para o Ministério Público da Paraíba, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O Fornecedor deverá entregar as peças em perfeitas condições devendo se responsabilizar pelas mesmas, quando da realização dos serviços, devendo repor ao Ministério Público qualquer dano ou extravio das peças.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Com relação aos itens 03 e 07: Os jalecos e as toalhas de rosto a serem lavados deverão ser retirados, semanalmente, sempre às 12:30 horas das sextas-feiras e devolvidos às 07:30min das segundas feiras, no Gabinete Odontológico e Setor Médico do MPPB.

PARÁGRAFO QUARTO - Com relação aos itens 05 e 06: As peças relativas a estes itens deverão ser retiradas no Departamento de Serviços Gerais ou em local indicado por servidor deste departamento, sempre que se fizer necessário, sempre nesta Capital.

PARÁGRAFO QUINTO - Com relação ao item 02: As becas de uso dos Procuradores de Justiça deverão ser retiradas sempre na Assessoria do Colégio de Procuradores, localizada no edifício sede do Ministério Público da Paraíba, a partir do chamado do Departamento de Serviços Gerais.

PARÁGRAFO SEXTO - Com relação aos itens 01 e 04: As peças relativas a estes itens deverão ser retiradas no Departamento de Serviços Gerais ou em local indicado por servidor deste departamento, sempre que se fizer necessário, sempre nesta Capital.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A prestação do serviço ocorrerá nas dependências do Fornecedor, devendo o mesmo lavar e passar as peças a serem higienizadas com produtos indicados a cada tipo de tecido.

PARÁGRAFO OITAVO - O Fornecedor deverá garantir a qualidade dos serviços prestados, devendo refazer o processo de lavagem, caso sejam detectados qualquer sujeira, sem ônus para o Ministério Público da Paraíba.

PARÁGRAFO NONO - O Fornecedor deverá entregar as peças em perfeitas condições devendo se responsabilizar pelas mesmas, quando da realização dos serviços, devendo repor ao Ministério Público qualquer dano ou extravio das peças.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS DE DEVOLUÇÃO

Com relação aos itens 03 e 07, o Fornecedor terá o prazo máximo de 03 (três) dias corridos, a partir do recebimento das peças sujas, para devolver as peças devidamente higienizadas e passadas a ferro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Com relação aos itens 01, 02, 05 e 06, o Fornecedor terá o prazo máximo de 03 (três) dias corridos, a partir do recebimento das peças sujas, para devolver as peças devidamente higienizadas e passadas a ferro.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Com relação ao item 04 o Fornecedor terá o prazo máximo de 04 (quatro) dias corridos, a partir do recebimento das peça suja, para devolver as peças devidamente higienizadas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

Compete ao ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE:

a) Consultar previamente o Órgão Gerenciador no intuito de obter informações necessárias à aquisição pretendida, e, em especial, o teor da presente ARP e eventuais alterações;

b) Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no Edital do certame e na presente ARP, informando ao Órgão Gerenciador qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular, a fim de que sejam adotadas pela PGJ/MPPB as penalidades cabíveis à espécie.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

A presente ARP terá vigência de 01 (hum) ano, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades e as especificações do(s) produtos registrados nesta Ata encontram-se indicados no seguinte quadro:

LOTE ÚNICO

Item	Qtd	Especificação das Peças	Valor Unitário	Valor Total
01	60	Higienização de bandeiras em tecido, medindo 1,30 x 0,90 m	5,00	300,00
02	80	Higienização de becas	8,00	640,00
03	312	Higienização de jalecos (utilizados por médicos e odontólogos)	8,00	2.496,00
04	10	Higienização de tapetes de pelo, medindo 3,00 x 2,50 m	60,00	600,00
05	80	Higienização de toalhas de mesa de cetim (tamanho: 3,00 x 1,50 m)	10,00	800,00
06	80	Higienização de toalhas de mesa de linho (tamanho: 3,00 x 1,80)	12,00	960,00

		m)		
07	260	Higienização de toalhas de rosto	2,00	520,00
VALOR TOTAL DO LOTE ÚNICO				6.316,00

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO E DA RETENÇÃO

O pagamento será feito até o 10º (décimo) dia após a prestação do serviço, com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao serviço, pelo preço registrado, após a emissão da Nota de Empenho, observando-se as condições de recebimento do objeto e a comprovação das condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório, anexando o comprovante exigido no parágrafo único desta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Haverá retenção do recolhimento da alíquota de 1,5% (um vírgula cinco por cento), sobre o valor correspondente ao pagamento, fatura, em face ao que dispõe a Lei Estadual nº 9.335/2011, alterada pela Medida Provisória nº 171/2011, c/c a Lei Estadual nº 7.947/2006, nos termos do Decreto Estadual nº 32.086/2011.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ao final de cada mês, será feito o levantamento dos serviços utilizados, quantificando-os em conformidade com o item respectivo deste termo de referência, a fim de solicitar autorização para pagamento referente ao período, através de procedimento administrativo.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Nota Fiscal Eletrônica somente deverá ser emitida após entrega ao Fornecedor da respectiva Nota de Empenho, para que os serviços possam ser atestados.

PARÁGRAFO QUARTO - O pagamento será efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal Eletrônica, com o atesto do Departamento de Serviços Gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

A existência da Ata de Registro de Preço não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as futuras aquisições com vencedor do certame do SRP, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação/aquisição, assegurando ao beneficiário do registro a preferência do fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

Os preços, quantitativos, o(s) fornecedor(es) e as especificações resumidas do objeto, como as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Estado da Paraíba e no site do Ministério Público da Paraíba, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA REVISÃO DE PREÇOS

A ARP poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 12 do Decreto Federal N.º 3931/01 c/c com o artigo 65 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I - Por iniciativa da Administração, quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar ou recusar-se a retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
- d) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;
- e) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;
- f) em razões de interesse público, devidamente justificado.

II – Por iniciativa do próprio Fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste registro de preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo Órgão Gerenciador, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução da relação contratual.

PARÁGRAFO ÚNICO - No cancelamento de registro, ficam assegurados o contraditório e a ampla defesa, devendo ser formalizado competente processo administrativo com despacho fundamentado do Procurador-Geral de Justiça.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o fornecedor registrado sujeito às sanções previstas no artigo 7º da Lei N.º 10.520/02, além do cancelamento do registro, nos termos do artigo 13 do Decreto N.º 3.931/01, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, que seu ato ensejar:

- a) caso o fornecedor não entregue o produto no prazo e condições avençadas, ficará sujeita a multa de mora diária de 1% (um por cento) sobre o valor total do pedido, até o máximo de 02 (dois) dias;
- b) sendo o atraso superior a 02 (dois) dias estará configurada a inexecução total da ARP;
- c) caso haja inexecução da ARP que motive e resulte em rescisão unilateral da avença, além das sanções administrativas supracitadas, será aplicável multa compensatória de 30% (trinta por cento) ou de 15% (quinze por cento) sobre o valor do pedido, conforme a inexecução seja total ou parcial, respectivamente;
- d) o recolhimento do valor da multa, moratória ou compensatória, deverá ser feito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de intimação da aplicação da sanção, sob pena de seu desconto nos créditos do fornecedor, ou em cobrança judicial, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente ARP vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujo teores são conhecido e acatados pela partes:

- a) Processo N.º 2012/22680;
- b) Edital do Pregão Presencial N.º 059/2012 - PJG/MPPB e anexos;
- c) Proposta Comercial da Fornecedora

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões da presente Ata de Registro de Preços, as partes elegem o foro da cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a ser tratado o Núcleo de Registro de Preços do MP/PB, lavrou a presente Ata de Registro de Preços que, após ser lida, será também assinada pela representante do Órgão Gerenciador e pelo representante legal do fornecedor.

João Pessoa, 30 de novembro de 2012

**OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
ÓRGÃO GERENCIADOR**

**LUCIANA COELHO DA FONSECA CRISPIM
LAVANDERIA TAKI LTDA
FORNECEDOR**

TESTEMUNHAS:

1) _____ CPF: _____
2) _____ CPF: _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2012/MPPB/PGJ